Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia

A ELECTRO AÇO ALTONA S/A é uma Companhia aberta com sede em Blumenau – SC, Brasil, e tem como atividade principal e objeto social a: produção, industrialização nos setores de fundição e usinagem, e fornecimento de peças fundidas em aços carbono, ligadas (baixa, média e alta liga) e ferros ligados para aplicações especiais. A Companhia é controlada pela Companhia Werner S/A.

Trabalhando em dois núcleos de peças fornecidas que são tituladas como "repetitivas", quando são feitas em série, constituindo produtos, partes, peças e conjuntos de peças, para as empresas montadoras de equipamentos autopropulsores, ou "sob encomenda", quando são feitas sob medida de forma não seriada, sejam isoladas ou como partes de subconjuntos, constituintes de equipamentos completos. Independentemente de serem "repetitivas" ou "sob encomenda", todas as peças são produzidas de acordo com especificações, projetos e normas técnicas de uso internacional e de clientes.

2. Políticas contábeis

A presente Demonstração Financeira foi aprovada pela Diretoria da Companhia em 23 de março de 2017.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação desta demonstração financeira estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados.

A demonstração financeira foi preparada utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

A demonstração financeira foi elaborada levando em consideração diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação da demonstração financeira foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado na demonstração financeira. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: a estimativa de perdas com clientes e nos estoques; o imposto de renda e contribuição social diferidos; a provisão para litígios e demandas judiciais; a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros e o plano de assistência médica pós-emprego.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados na demonstração financeira devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

A demonstração financeira foi preparada conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e que está em conformidade com as normas internacionais de relatórios financeiros ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2.1 Classificação corrente versus não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante / não circulante.

Um ativo é classificado no circulante quando:

- se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- for mantido principalmente para negociação;
- se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- for mantido principalmente para negociação;
- se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2.2 Conversão de moeda estrangeira

A demonstração financeira está apresentada em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanco, sendo a variação registradas na demonstração do resultado.

2.3 Reconhecimento de receita

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos são transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega, quando for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

2.4 Impostos

Imposto de renda e contribuição social corrente

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de exercícios anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis e são mensurados com base nas taxas de imposto (e lei tributária) promulgadas na data do balanço, estão apresentados líquidos, quando aplicável. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, prejuízos fiscais não utilizados são revisados anualmente para testar sua recuperabilidade.

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa. O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas:

- Programa de Integração Social PIS: 1,65%
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social COFINS: 7,6%
- Imposto sobre a Circularização de Mercadorias e Prestação de serviços ICMS: 7% a 18%
- Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza ISS: 2% a 5%
- Imposto sobre Produtos Industrializados IPI: 8% a 15%
- Instituto Nacional do Seguro Social INSS: 1 2,5%

2.5 Instrumentos financeiros

2.5.1 Ativos Financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Quando se tornam parte das disposições contratuais da Companhia, são reconhecidos inicialmente ao valor justo por meio do resultado, acrescidos, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro, quando aplicável. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo e são apresentados no balanço patrimonial ao valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.
- Empréstimos concedidos e recebíveis: São ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo se expirarem, ou quando a Companhia transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos a um terceiro por força contratual transferindo substancialmente os riscos e benefícios do ativo ou o controle sobre o ativo.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia trimestralmente, nas datas do encerramento do balanço se há alguma evidência que determine se o ativo financeiro não é recuperável.

2.5.2 Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

São inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Companhia incluem as contas de fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos.

Mensuração subsequente de empréstimos e financiamentos

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (Baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação é revogada, cancelada ou expirar.

2.6 Estoques

São avaliados ao custo de aquisição ou produção, ou valor líquido realizável, dos dois o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

- (i) Matéria prima: custo de aquisição pelo o custo médio; e
- (ii) Produtos acabados e em elaboração: custo dos materiais diretos, mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal, excluindo custos de empréstimos e capacidade ociosa quando aplicável.

O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

2.7 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2.8 Imobilizado

Os ativos imobilizados estão avaliados ao custo de aquisição e/ou construção, deduzidos das respectivas depreciações, com exceção de terrenos que não são depreciados.

Os gastos com manutenção ou reparos, que não aumentam significativamente a vida útil dos bens, são contabilizados como despesas, quando ocorridos. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual e são reconhecidos na demonstração do resultado.

A depreciação é calculada pelo método linear e leva em consideração a vida útil econômica dos bens, sendo esta revisada periodicamente com objetivo de adequar as taxas de depreciação de acordo com a necessidade.

Os valores contábeis do ativo imobilizado são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo.

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos, conforme a seguir apresentado:

Classe de Imobilizado	Vida Útil Média
Terrenos	<u> </u>
Edificações e Benfeitorias	25 anos
Máquinas e Equipamentos	18 anos
Veículos, Modelos, Moldes e Instalações	10 anos
Móveis e Utensílios	9 anos
Outros Ativos Imobilizados	4 anos

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.9 Ativos intangíveis

São mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. A vida útil do ativo intangível da Companhia é avaliada como definida sendo amortizada ao longo da vida útil econômica.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de amortização são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Não há ativos intangíveis gerados internamente.

2.10 Arrendamentos Mercantis

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem à Companhia os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado ou, pelo valor presente dos pagamentos. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Adicionalmente os encargos financeiros são alocados como redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros de forma a apresentar a taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado na medida de sua realização. Os arrendados mercantis financeiros capitalizados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

2.11 Custo dos empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.12 Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

O empréstimo ou assistência é reconhecido ou mensurado inicialmente a valor justo. A subvenção governamental é mensurada como a diferença entre o valor contábil inicial do empréstimo e os resultados recebidos. O empréstimo é subsequentemente mensurado de acordo com a política contábil.

2.13 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando identificado tais evidências e quando o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Nas datas dos balanços não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2.14 Benefício pós-emprego

A Companhia mantém benefício assistência médica a funcionários em nível executivo. Esses benefícios são financiados em regime de caixa.

As contribuições devidas pela Companhia aos planos de assistência médica, em alguns casos, permanecem após a aposentadoria do empregado. Sendo assim, as obrigações da Companhia em relação aos associados aposentados são avaliadas pelo valor presente atuarial das contribuições que serão realizadas durante o exercício esperado de vinculação dos associados e beneficiários ao plano. Tais obrigações são avaliadas e reconhecidas utilizando-se os mesmos critérios dos planos de benefício definido.

Os compromissos atuariais com o plano são provisionados, conforme procedimentos previstos pelo CPC 33 (R1), com base em cálculos atuariais, elaborados anualmente por atuários independentes. Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais, tais como estimativa da evolução dos custos com assistência médica, hipóteses biológicas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuições dos empregados.

No plano de benefício definido, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem parcial ou integralmente na entidade patrocinadora. Sendo assim, a contabilização dos custos exige a mensuração das obrigações e despesas do plano, existindo a possibilidade de ocorrer ganhos e perdas atuariais, podendo originar o registro de um passivo quando o montante das obrigações atuariais ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, ou, de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.

O ativo atuarial reconhecido no balanço (nota explicativa 13) refere-se ao valor depositado em conta garantida para fazer frente ao valor justos dos passivos do plano e sua realização ocorrerá até o final do plano.

2.15 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.16 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisão para custos de reestruturação

Uma provisão para custos de reestruturação somente é reconhecida quando são cumpridos os critérios gerais de reconhecimento de provisões. Uma obrigação não formalizada para reestruturação surge somente quando a entidade: (a) tiver um plano formal detalhado para a reestruturação, identificando pelo menos: (i) o negócio ou parte do negócio em questão, (ii) os principais locais afetados, (iii) o local, as funções e o número aproximado de empregados que serão incentivados financeiramente a se demitir, (iv) os desembolsos que serão efetuados; e (v) quando o plano será

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

implantado; e (b) tiver criado expectativa válida naqueles que serão afetados pela reestruturação, seja ao começar a implantação desse plano ou ao anunciar as suas principais características para aqueles afetados pela reestruturação.

Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, gerados no curso normal de suas atividades. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Ainda, quando da avaliação de risco possível, a Companhia realiza a divulgação ao mercado dos processos.

2.17 Distribuição de lucros

A Companhia reconhece um passivo para efetuar distribuições de lucros quando a distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da empresa. Conforme a legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas.

2.18 Pronunciamentos emitidos, mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2016

As normas e interpretações emitidas mas ainda não adotadas até a data de emissão da demonstração financeira da Companhia são abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência.

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros do projeto: classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, sendo permitida a aplicação antecipada. Exceto para contabilidade de hedge, é exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. A Companhia planeja adotar a nova norma na efetiva data de entrada em vigor.

IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes

A IFRS 15, emitida em maio de 2014, estabelece um novo modelo constante de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente. A nova norma para receitas substituirá todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo as IFRS. Adoção retrospectiva integral ou adoção retrospectiva modificada é exigida para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo permitida adoção antecipada. A Companhia planeja adotar a nova norma na efetiva data da sua entrada em vigor.

IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações

(i) Contratos de serviço

A alteração esclarece que um contrato de serviço que inclua uma taxa pode constituir envolvimento contínuo em um ativo financeiro. Uma entidade deve avaliar a natureza dessa taxa e o acordo em comparação com a orientação para envolvimento contínuo na IFRS 7 a fim de avaliar se as divulgações são exigidas. A avaliação de quais contratos de serviço constituem envolvimento contínuo deve ser feita retrospectivamente. Contudo, as divulgações exigidas não

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

precisariam ser fornecidas para qualquer período iniciado antes do período anual em que a entidade aplicar pela primeira vez as alterações. A Companhia planeja adotar essa alteração na norma na efetiva data da sua entrada em vigor.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação da demonstração financeira da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas, e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base da demonstração financeira. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros.

Estimativas e Premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do encerramento da demonstração financeira, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício, são discutidas a seguir.

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso.

O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto da legislação tributária bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia no corrente período, não identificou nenhum assunto que requeira a constituição de provisões para temas tributários, exceto pelas provisões no passivo e não há atualmente auditorias por parte das autoridades fiscais em andamento. Diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados e diferenças temporárias, na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Benefícios de Assistência Médica

Os custos de planos de assistência médica pós-emprego são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas pelo menos anualmente.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados na demonstração financeira devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e equivalentes de caixa	2.543	2.894
Aplicações financeiras	3.210	10.661
Total	5.753	13.555

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 as aplicações financeiras são compostas por Fundos de Investimentos de curto prazo, lastreados ao rendimento entre 97% e 99,5% do CDI, resgatáveis a qualquer momento. Em todos os casos, as aplicações possuem liquidez imediata.

5. Contas a receber

	31/12/2016	31/12/2015
Mercado interno	16.065	10.616
Mercado externo	16.836	35.263
	32.901	45.879
(-) Ajuste a valor presente	(336)	(387)
(-) Provisão para devedores duvidosos	(1.245)	(1.344)
Total	31.320	44.148
Circulante	31.320	44.148
Não circulante	-	-

Decomposição das contas a receber dos clientes do mercado externo em moeda estrangeira:

	31/12/2016	31/12/2015
Valores a receber em milhares de US\$	US\$ 3.959	US\$ 8.143
Dólar fechamento do exercício	R\$ 3,2585	R\$ 3,9042
Total a receber conversão Dólar x Real no exercício	R\$ 12.900	R\$ 31.792

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Valores a receber em milhares de €	€ 1.145	€ 817
Euro fechamento do exercício	R\$ 3,4374	R\$ 4,2482
Total a receber conversão Euro x Real no exercício	R\$ 3.936	R\$ 3.471
Total a Receber Mercado Externo no exercício	R\$ 16.836	R\$ 35.263

A análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	31/12/2016	31/12/2015
Duplicatas a vencer até 30 dias	10.634	11.470
Duplicatas a vencer após 30 dias	15.936	28.584
Duplicatas vencidas até 30 dias	3.415	3.630
Duplicatas vencidas há mais de 30 dias	2.916	2.195
Total	32.901	45.879

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo no início do exercício	(1.344)	(1.274)
Constituição	(21)	(70)
Recuperações / reversão	120	-
Saldo no final do exercício	(1.245)	(1.344)

6. Estoques

	31/12/2016	31/12/2015
Produtos acabados	4.259	6.034
Produtos em elaboração	23.406	20.553
Matéria prima	1.005	1.337
Materiais auxiliares	2.296	2.779
Outros materiais	1.728	1.572
Mercadorias em consignação	168	170
(-) Provisão para perdas no estoque	(1.190)	(1.200)
Total	31.672	31.245

Provisão para perda é registradas para operações destinadas ao mercado de óleo e gás onde se estima que os estoques sejam realizados com perda. A movimentação para provisão de perda no estoque:

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo no início do exercício	(1.200)	(1.200)
Constituição	10	-
Saldo no final do exercício	(1.190)	(1.200)

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

7. Tributos a recuperar

	31/12/2016	31/12/2015
IPI, PIS, COFINS e outros sobre insumo	9.073	8.181
ICMS, PIS, COFINS sobre o imobilizado	670	1.210
Total	9.743	9.391
Circulante	8.753	8.661
Não circulante	990	730

Os créditos serão realizados pela Companhia através de restituição e/ou compensação com impostos e contribuições. A administração não espera perdas na realização destes créditos.

8. Investimentos

Processo Eletrobrás

A Companhia é autora em ação ajuizada sobre o nº 99.20.05382-1 contra a Eletrobrás, através da qual vem discutindo a correção monetária aplicada sobre os empréstimos compulsórios pagos pela Companhia, e que não foi respeitada pela Eletrobrás no momento de restituir os valores recolhidos.

O processo foi julgado, com decisão transitada em julgado em 23 de janeiro de 2014, determinando que os valores dos empréstimos compulsórios recolhidos pela Companhia no exercício de janeiro de 1987 a janeiro de 1994 fossem corrigidos da forma prevista em lei. Depois de realizar os cálculos, a Companhia ajuizou Execução de Sentença (n° 5014451-55.2013.404.7205) em 18 de novembro de 2013 no valor de R\$ 14.643.

A Eletrobrás reconheceu como devido em março de 2014 apenas o valor de R\$ 4.304, tendo depositado judicialmente o valor de R\$ 3.911, e cedido 57.528 (cinquenta e sete mil quinhentas e vinte e oito) ações preferenciais nominativas da classe B de sua emissão. As 57.528 ações preferenciais nominativas da classe B da Eletrobrás já são de direito da Companhia, e, portanto, foram reconhecidas como um ganho no exercício findo em 31 de março de 2014, líquido da taxa de corretagem. Em 31 de dezembro de 2016 essas 57.528 ações perfazem o montante de R\$ 1.482 (R\$ 597 em 31 de dezembro de 2015).

Para a parte depositada em juízo a Companhia pleiteou o levantamento do valor depositado a seu favor, porém, o judiciário não determinou a expedição de alvará do valor depositado judicialmente em favor da Companhia por existir uma demanda de terceiro alegando que o crédito é de sua propriedade e não da Electro Aço Altona S/A. Com relação ao saldo ainda remanescente de R\$ 10.339, a Eletrobrás impugnou o processo e deu ações da CEMAR em garantia à execução. A Companhia somente reconhecerá o ganho relacionado a este processo quando for plenamente assegurado o direito em seu favor e que os ativos disponibilizados sejam realizáveis.

A Companhia mantém provisionada como obrigação à pagar de honorários advocatícios o montante de R\$ 445, referentes ao reconhecimento em Investimentos das ações da Eletrobrás. Sob o saldo remanescente, referente à discussão em andamento, a Companhia possui honorários advocatícios pendentes, os quais serão devidos no momento do encerramento da causa, caso o desfecho seja favorável a Companhia.

Electro Aço Altona S/ANotas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imobilizado

Movimentação dos ativos Imobilizados 2016:

				Veículos, Modelos,					
		Edificações	Máquinas e	Moldes e	Móveis e I	mobilizados Ai	rendamento	Outros	
_	Terrenos	Próprias	Equipamentos	Instalações	Utensílios	em Curso	Mercantil	Imobilizados	Total
Custo:									
Em 31 dezembro 2015	64.015	64.554	161.296	18.697	5.416	170	421	2.752	317.321
Adições	60	213	1.380	384	115	772	-	48	2.972
Transferências	-	312	96	406	-	(340)	(418)	348	404
Baixas	-	-	(581)	(461)	(3)	-	(3)	(37)	(1.085)
Em 31 dezembro 2016	64.075	65.079	162.191	19.026	5.528	602	-	3.111	319.612
<u>Depreciação</u>									
Em 31 dezembro 2015	-	(28.361)	(100.908)	(15.597)	(4.098)	-	(140)	(1.994)	(151.098)
Depreciação	-	(1.959)	(6.335)	(556)	(292)	-	(42)	(243)	(9.427)
Transferências	-	(104)	-	(331)	-	-	181	(150)	(404)
Baixas	-	-	460	182	3	-	1	32	678
Em 31 dezembro 2016	-	(30.424)	(106.783)	(16.302)	(4.387)	-	-	(2.355)	(160.251)
Valor líquido									
Em 31 dezembro 2015	64.015	36.193	60.388	3.100	1.318	170	281	758	166.223
Em 31 dezembro 2016	64.075	34.655	55.408	2.724	1.141	602	-	756	159.361

Encontram-se em garantias bens do Ativo Imobilizado no valor de R\$ 57 milhões (57 milhões em 31 de dezembro de 2015) referente ao Refis.

Electro Aço Altona S/A

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação dos ativos Imobilizados 2015:

				Veículos, Modelos,					
		Edificações	Máquinas e	Moldes e	Móveis e I	mobilizados A	rendamento	Outros	
	Terrenos		Equipamentos	Instalações	Utensílios	em Curso	Mercantil	Imobilizados	Total
Custo:		•		<u>,</u>					
Em 31 dezembro 2014	63.595	63.329	158.931	18.299	5.221	2.974	421	3.003	315.773
Adições	153	311	765	544	236	273	-	74	2.356
Transferências	267	1.322	1.817	1	10	(3.014)	-	1	404
Baixas	-	(408)	(217)	(147)	(51)	(63)	-	(326)	(1.212)
Em 31 dezembro 2015	64.015	64.554	161.296	18.697	5.416	170	421	2.752	317.321
Depreciação									
Em 31 dezembro 2014	-	(26.471)	(94.070)	(15.019)	(3.863)	-	(66)	(2.074)	(141.563)
Depreciação	-	(1.890)	(6.579)	(674)	(268)	-	(74)	(237)	(9.722)
Transferências	-	-	(391)	(1)	(10)	-	-	(1)	(404)
Baixas	-	-	132	97	43	-	-	318	591
Em 31 dezembro 2015	-	(28.361)	(100.908)	(15.597)	(4.098)	-	(140)	(1.994)	(151.098)
Valor líquido									
Em 31 dezembro 2014	63.595	36.858	64.861	3.280	1.358	2.974	355	929	174.210
Em 31 dezembro 2015	64.015	36.193	60.388	3.100	1.318	170	281	758	166.223

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

10. Intangível

		Custo		Custo	
	31/12/2014	(Amortização)	31/12/2015	(Amortização)	31/12/2016
Software					
Custos	3.835	233	4.068	198	4.266
Amortização	(3.071)	(254)	(3.325)	(317)	(3.642)
Total	764	(21)	743	(119)	624

A Companhia utiliza a vida útil definida de 5 anos para os itens de seu ativo intangível.

11. Financiamentos e empréstimos

Modalidade	Encargos	31/12/2016	31/12/2015
ACC	U\$ +3,7% a 4,85% a.a	9.940	3.133
Capital giro nacional (Exim)	0,5% a 0,9% a.m.	10.833	6.852
Capital giro estrangeiro	U\$ + 0,5 a 0,8% a.m.	4.162	10.557
NCE	U\$ + 0,9% a.m.	3.635	4.259
Finame / BNDES	5,6% a.a.	902	930
Leasing	13,5% a.a.	-	94
Circulante		29.472	25.825
Capital giro nacional (Exim)	0,5% a 0,9% a.m.	8.092	11.834
Capital giro estrangeiro	U\$ + 0,5 a 0,8% a.m.	4.128	14.189
Finame / BNDES	5,6% a.a.	466	1.368
Leasing	13,5% a.a.	-	-
Não Circulante		12.686	27.391
Total		42.158	53.216
Moeda nacional	_	20.293	21.078
Circulante		11.735	7.876
Não circulante		8.558	13.202
Moeda estrangeira		21.865	32.138
Circulante		17.737	17.949
Não circulante		4.128	14.189
Total		42.158	53.216

Vencimento dos empréstimos conforme cláusulas contratuais:

Projeção de liquidação dos empréstimos conforme previsão do fluxo de caixa:

	31/12/2016		31/12/2016
Próximos 12 meses	29.472	2017	29.472
de 13 a 24 meses	11.871	2018	11.871
de 25 a 36 meses	815	2019	815
Total	42.158	Total	42.158

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Os empréstimos bancários da Companhia estão sendo garantidos por avais da Companhia Werner (acionista da Companhia) e da empresa Bellevue conforme nota 17.a e penhora de máquinas e equipamentos, conforme nota 09. Adicionalmente, estes empréstimos não têm cláusulas restritivas (*covenants*).

12. Provisão para litígios e demandas judiciais

a) Provisão para litígios e demandas judiciais

A Companhia está envolvida em discussões administrativas e jurídicas de natureza trabalhista e tributária. Para as causas cuja probabilidade foi considerada como perda provável, foi registrada provisão para contingências, como abaixo indicado:

	31/12/2016	Adições	Baixas	31/12/2015
Trabalhistas	1.358	835	(762)	1.285
Tributárias	1.686	203	-	1.483
Total	3.044	1.038	(762)	2.768

Trabalhistas: A Companhia é acionada em reclamatórias trabalhistas envolvendo principalmente discussões sobre insalubridade, periculosidade, entre outros. Baseado no histórico de pagamentos e na opinião dos assessores jurídicos, a provisão de R\$ 1.358 em 31 de dezembro de 2016 (R\$1.285 em 2015) é julgada suficiente para cobrir prováveis perdas. Adicionalmente, há em andamento processos trabalhistas no montante de aproximadamente R\$ 515, para os quais não foi constituída qualquer provisão pelo fato dos consultores jurídicos da Companhia entenderem que a perspectiva de perda da Companhia nestes processos é possível.

Tributárias: A provisão é formada principalmente por valores provisionados a título de INSS sobre verbas salariais. A Companhia discute judicialmente a não incidência de INSS sobre as verbas de auxílio doença e SEBRAE. Os valores devidos são apurados mensalmente e provisionados, sendo que o montante provisionado em 31 de dezembro de 2016, para esta causa, totaliza R\$ 1.277 (R\$ 1.074 em 2015). O saldo restante provisionado, no valor de R\$ 409, refere-se a diversas causas de valores não relevantes individualmente.

b) Depósitos iudiciais

A Companhia registra no ativo, valores referentes a depósitos judiciais assim constituídos:

	31/12/2016	Adições	Baixas	31/12/2015
Deposito Judicial / Trabalhista	1.720	242	-	1.478

Do saldo em 31 dezembro de 2016 de R\$ 1.720, o montante de R\$ 1.359 corresponde a processos ingressados para reconhecimento da não incidência de INSS nas verbas salariais referente a SEBRAE, conforme orientação dos consultores jurídicos da Companhia.

13. Benefícios pós-empregado

A Companhia implantou no final do exercício de 2010, o plano de benefícios pós – emprego para seus empregados e ex-empregados garantindo assistência médica vitalícia a todos que ocuparem cargo de Gerente ou Diretor Executivo, que completarem 65 anos, e aos Conselheiros de Administração que completarem 75 anos, desde que tenha sido empregado, Diretor ou Conselheiro da Administração da ALTONA por 30 anos ininterruptos, uma vez que os mesmos não estabelecem vínculo empregatício com a Companhia. Em 2011 por decisão do Conselho de Administração decidiu-se alterar as regras para a concessão do benefício pós-emprego

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

reduzindo a idade mínima passando de 65 para 55 anos no caso de Gerente ou Diretor Executivo e de 75 para 65 quando Conselheiros de Administração, resultando no incremento das obrigações atuariais. O registro da provisão foi suportado por um estudo atuarial e a avaliação do plano adotou o método da unidade de crédito projetado, sendo que os ativos e passivos atuariais em 31 de dezembro de 2016 e 2015 podem ser resumidos como seque:

	31/12/2016	31/12/2015
Valor presente das obrigações atuariais	(294)	(2.619)
Valor justo dos ativos do plano	294	2.634
Total do ativo / (passivo) atuarial	-	15

O saldo das obrigações bem como o dos ativos baixaram, devido o pagamento do benefício aos gerentes que foram desligados. Adicionalmente, no último trimestre de 2016 através do Ato do Conselho houve uma revisão do Plano. Ficou determinado a redução e/ou estorno do montante provisionado dos Diretores e dos gerentes que não atingiram as determinações do plano. Efeitos demonstrados na nota 22. O ex-Diretor que já havia atingido todos os requisitos para o plano continua com seu saldo provisionado.

14. Incentivo fiscal estadual – PRODEC

A Companhia obteve, junto ao Estado de Santa Catarina, a concessão do incentivo do Programa de Desenvolvimento Catarinense – PRODEC. Programa criado com o objetivo de fomentar o crescimento da indústria catarinense, conforme contrato 003/06 publicado no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina em 07 de abril de 2006. Tal incentivo se caracteriza pela concessão à Companhia de um crédito de ICMS, o qual é utilizado à medida que a Companhia apresenta incremento dos valores devedores de ICMS apurados em suas operações. Tal crédito é utilizado para compensar até 60% do acréscimo de imposto apresentado pela Companhia, sendo concedido prazo de 120 meses para fruição do crédito a partir da concessão. Este prazo de fruição encerrou-se no segundo semestre de 2016, sendo que a Cia. não pode mais utilizar o benefício, somente honrando o ICMS já incentivados conforme tabela abaixo. Os créditos utilizados mensalmente são devolvidos após 48 meses, podendo o prazo total de o benefício estender-se a 168 meses. A forma de amortização do benefício é o pagamento do crédito utilizado, acrescido de juros de 4% ao ano e atualização monetária pela UFIR.

Foi liberado na primeira fase o crédito de R\$ 8.500. No exercício de 2008 houve um adendo no contrato inicial referente à liberação monetária da primeira fase, com o incremento de R\$ 6.859, passando o total de crédito liberado para R\$ 15.359, desse montante a Companhia utilizou, R\$ 6.618.

O saldo de crédito utilizado ainda a pagar, está abaixo demonstrado:

	31/12/2016	Amortizações	Atualizações	Prorrogações	31/12/2015
PRODEC	824	(327)	43	-	1.108
Total	824	(327)	43	-	1.108
Circulante	478				319
Não circulante	346				789

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

O cronograma previsto para a realização das parcelas está a seguir demonstrado:

	31/12/2016
2017	478
2018	326
2019	20
Total	824

15. Programa de recuperação fiscal – REFIS Federal

15.1. Adesão

Amparada na Lei N.º 9.964 de 10 de abril de 2000, a Administração da Companhia protocolou, em fevereiro de 2000, seu pedido de opção pelo Programa de Recuperação Fiscal — REFIS. A amortização do passivo consolidado, conforme previsto no Programa, está sendo efetuada regularmente à base de 1,2% sobre a receita bruta ajustada, desde março de 2000. O saldo devedor está sendo atualizado pela TJLP. Considerando a expectativa de crescimento no valor da receita da Companhia (base de pagamento), estima-se que o valor desse passivo deverá ser quitado até o final do ano de 2065. Em garantia do Programa, foram arrolados e penhorados, bens do ativo imobilizado, conforme nota 09.

15.2. Discussões

Na adesão da Companhia ao Programa, os honorários advocatícios de sucumbência arbitrados inicialmente nas execuções fiscais ajuizadas pelo INSS foram incorporados ao parcelamento à razão de 10%. A Lei que instituiu o programa REFIS estabelecia, no entanto, honorários de sucumbência de 1%. Para reduzir o valor de honorários inicialmente consolidados no Programa, a assessoria jurídica da Companhia requereu em todas as execuções do INSS a redução dos honorários para o percentual de 1%, de acordo com MP 303/06. Destacamos também que a Companhia, poderá sofrer alterações sobre a métrica de recolhimento do recolhimento do REFIS, devido ao andamento de processo judicial. Caso isso aconteça, a Companhia poderá realizar recolhimentos superiores ao que vem realizando, podendo assim afetar significativamente seu fluxo de caixa nos períodos subsequentes.

A Companhia discute no âmbito judicial a inclusão indevida de supostos débitos a título de imposto de renda e contribuição social, não recolhidos nos exercícios de 1990 e 1991, sendo que esses exercícios não apresentaram lucro tributável. Assim, destacamos que o processo se encontra em andamento no STJ com decisão recente favorável à Companhia e à espera do trânsito em julgado. Desta forma, tal tema gera uma diferença entre o valor contabilizado pela Companhia e o extrato do REFIS junto à Receita Federal, na ordem de R\$ 3.019 em 31 de dezembro de 2016.

Neste exercício a Companhia também pleiteou com êxito junto à Receita Federal a limitação das multas quanto ao INSS considerado no REFIS de acordo com a Lei 8.212 art 35 que estabelece teto de até 20%, tendo logrado êxito neste tema. O valor da redução foi de R\$ 9.385 registrado no Resultado da Companhia na rubrica de "Outras Receitas Operacionais".

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

O passivo relativo ao REFIS encontra-se abaixo destacado:

	31/12/2016	Amortizações	Atualizações	Redução Multa	31/12/2015
REFIS	95.822	(1.576)	3.679	(9.385)	103.104
Total	95.822	(1.576)	3.679	(9.385)	103.104
Circulante	1.435				2.039
Não circulante	94.387				101.065

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social é constituído de 2.250 mil ações, sendo 975 mil ordinárias e 1.275 mil preferenciais, escriturais sem valor nominal, montando R\$ 17.264 (2.250 mil ações, sendo 975 mil ordinárias e 1.275 mil preferenciais, escriturais sem valor nominal, montando R\$ 16.957 em 31 de dezembro de 2015).

O capital social poderá ser aumentado nos termos do Artigo n.º 168 da Lei 6.404/76, mediante deliberação do Conselho de Administração, até o limite de R\$ 50.000 ou até o limite de 2.925 mil de ações, podendo emitir até 675 mil ações preferenciais da mesma classe existente.

b) Destinação do lucro

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei 6.404/76. O Valor do saldo da conta de lucros a destinar de R\$ 285, foi designado para Reserva legal (R\$ 14) e 25% do restante (R\$ 68) foi lançado como dividendos mínimos obrigatórios a distribuir, sendo que este aguarda aprovação da destinação, que ocorrerá AGO de 2017.

Lucros a distribuir: O saldo remanescente de lucros acumulados em 31 de dezembro de 2015, no valor de R\$ 307, foi alocado à reserva de lucros a distribuir. A destinação final de tal valor foi decidida em Assembleia de Acionistas no dia 28 de abril de 2016. O saldo da reserva de lucros a distribuir, no montante de R\$ 307 foi utilizado para aumento do capital social da companhia mediante capitalização dos referidos lucros, aumento realizado sem emissão de novas ações, com base no caput e no \$1° do artigo 169 da Lei 6.404/76.

Do lucro que remanescer será atribuído uma participação aos administradores de 10%, calculada na forma prevista no artigo 190 da Lei 6.404, a qual somente farão jus se pago o dividendo mínimo obrigatório. Para fins de demonstração financeira, este valor já está deduzido do resultado do exercício como "Participações" após a linha do Imposto de Renda.

A Reserva Legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no final do exercício após a dedução das participações, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

17. Partes relacionadas

As transações comerciais e contratação de serviços, assim como as transações financeiras de empréstimos, captação de recursos entre partes relacionadas e remuneração da Administração foram realizadas conforme abaixo.

a) Garantias

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Em garantia aos empréstimos bancários da firmados pela Companhia em 31 de dezembro de 2016 e em 2015, que estão sendo amortizados regularmente em seus vencimentos, foram dados máquinas, equipamentos e avais. A Companhia mantém com a Companhia Werner S/A e a empresa Bellevue Participações Societárias Ltda, a prestação remunerada de fiança, aval e outras avenças até o limite de R\$ 60 milhões. Em 31 de dezembro de 2016, o montante de operações contratadas pela Companhia, garantido pelas avalistas/fiadoras, é de R\$ 48,0 milhões. No ano de 2016, a Companhia pagou às avalistas/fiadoras, a título de remuneração, a importância de R\$ 340 (R\$ 212 em 2015), registrado na demonstração do resultado sob a rubrica "Outras despesas operacionais".

b) Remuneração da administração

A administração da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, sendo um Presidente, um Vice-Presidente e três Conselheiros e uma Diretoria Estatutária composta de um Diretor-Presidente e de Relações com Investidores e um outro Diretor. Os membros da Administração fizeram jus à remuneração de R\$ 3.383, e seus respectivos encargos previdenciários de R\$ 288 por seus serviços, correspondendo o montante total com encargos de R\$ 3.671 para 2016 (R\$ 4.396 para 2015).

Os Diretores recebem benefícios corporativos adicionais tais como: assistência médica e odontológica, seguro de vida, complementação de benefícios previdenciários (plano de previdência privado), dentre outros. A Companhia não pagou a suas pessoas chave da administração, remuneração em outras categorias de: a) benefícios de longo prazo; b) benefícios de rescisão de contrato de trabalho e c) benefícios de pós-emprego, exceto o descrito na Nota 13).

18. Imposto de renda e contribuições social

a) Impostos diferidos

A Companhia registra imposto de renda e contribuição social diferidos como abaixo demonstrado:

	31/12/2016	31/12/2015
Crédito tributário ativo		
Diferenças temporárias	2.881	3.269
Prejuízo fiscal e base negativa	1.742	1.265
	4.623	4.534
Credito tributário passivo Valor justo do ativo imobilizado		
(deemed cost) - CPC 27	22.767	23.764
	22.767	23.764
Passivo líquido não circulante	18.144	19.230

Imposto de renda diferido sobre adições temporárias e prejuízos fiscais:

Os créditos e débitos fiscais diferidos de Imposto de Renda e Contribuição Social foram apurados e estão apresentados pelo seu valor líquido no passivo.

Prazo estimado de realização:

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia acumula prejuízos fiscais num total de R\$ 4.651 (R\$ 3.251 em 31/12/2015) e base negativa de contribuição social em um total de R\$ 6.432 (R\$ 5.033 em 31/12/2015), os

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

quais geraram os créditos tributários de IR diferido de R\$ 1.163 (R\$ 813 em 31/12/2015) e CS diferido de R\$ 579 (R\$ 453 em 31/12/2015). A realização destes créditos encontra-se suportada por estudos elaborados pela Administração. Esses estudos encontram-se fundamentados na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, tendo como base em orçamento e plano de negócios para 10 anos, examinados e aprovados pela Administração da Companhia, em atendimento ao exigido pela Instrução CVM 371. A expectativa da Administração é de que esses créditos tributários diferidos sejam realizados no seguinte cronograma:

	Estimativa
Ano	compensação
2017	510
2018	535
2019	567
2020	130
Total	1.742

b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	31/12/2016	31/12/2015
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	(2.990)	(1.003)
IR/CS a alíquota nominal de 34%	1.017	341
(Exclusões) / Adições		
Diferenças permanentes	-	-
Incentivos fiscais	-	544
Outras diferenças	322	240
IR/CS Apurado	1.339	1.125
Tributos correntes	(274)	(293)
Tributos diferidos	1.613	1.418)
	1.339	1.125
Alíquota fiscal efetiva:	35%	112%

19. Instrumentos financeiros

A Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros registrados nas Informações em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro 2015, apresentando os seguintes valores contábeis e de mercado:

	Valor Co	ontábil	Valor de Mercado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e equivalentes de caixa	5.753	13.555	5.753	13.555
Contas a receber de clientes	31.320	44.148	31.320	44.148
Outras contas a receber	1.430	1.724	1.430	1.724
Fornecedores	4.096	3.766	4.096	3.766

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Financiamentos e empréstimos	42.158	53.216	42.158	53.216
Outras contas a pagar	2.047	2.388	2.047	2.388

Os fatores de risco dos instrumentos financeiros basicamente estão relacionados com:

a) Riscos financeiros

Riscos de moeda estrangeira: Para atenuar riscos cambiais, a Companhia monitora a exposição financeira, procurando equilibrar os seus ativos e passivos financeiros dentro de limites estabelecidos pela Administração.

Riscos de encargos da dívida: Estes riscos são oriundos da possibilidade da Companhia vir incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, ou diminuam a receita financeira relativas às aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015.

b) Riscos operacionais

Risco de crédito: Advém da possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos junto à instituições financeiras gerados por aplicações financeiras. Para atenuar o risco decorrente das operações de vendas, a Companhia adota como prática a análise da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecem um limite de crédito e acompanha permanentemente o seu saldo devedor. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza aplicações em instituições com baixo risco de crédito.

c) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros e câmbio

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos empréstimos que a Companhia possuía exposição na data-base de 31 de dezembro de 2016, foram definidos 03 cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos. Com base na projeção do indexador de cada contrato para o ano de 2017 (cenário provável), sendo que a partir deste foram calculadas variações crescentes de 25% e 50%, respectivamente, para tais empréstimos. Os cenários são elaborados desconsiderando o provável fluxo de caixa de pagamentos de empréstimos. A Companhia utilizou-se de fontes externas oficiais e sensibilidade interna para determinar os índices utilizados no indexador.

c.1) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros e câmbio dos Financiamentos e Empréstimos

Operação	Risco	31/12/2016 Valor R\$	31/12/2016 Valor U\$D	Queda 50%	Queda 25%	Cenário Provável	Aumento 25%	Aumento 50%
Excim	Excim	(18.925)	-	(2.082)	(2.082)	(2.082)	(2.082)	(2.082)
ACC	ACC + USD	(9.940)	(3.000)	4.568	2.108	(322)	(2.782)	(5.212)
Capital	USD+			4.500	2.100	(022)	(2.702)	(3.212)
Giro USD	CDI	(8.290)	(2.500)	3.054	1.004	(1.021)	(3.071)	(5.096)
NCE	USD + NCE	(3.635)	(1.091)	1.464	569	(314)	(1.209)	(2.093)
Finame / BNDES	Fixo	(1.368)	-	(77)	(77)	(77)	(77)	(77)

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

	_	(42.158)	(6.591)	6.927	1.522	(3.816)	(9.221)	(14.560)
Indexador	CDI			7,00	10,50	14,00	17,50	21,00
	USD			1,63	2,45	3,26	4,08	4,89
	ACC			4,85	4,85	4,85	4,85	4,85
	NCE			10,80	10,80	10,80	10,80	10,80
	Fixo Finar	me		5,60	5,60	5,60	5,60	5,60
	Excim			11,00	11,00	11,00	11,00	11,00

c.2) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros das aplicações.

Utiliza-se as mesmas premissas dos empréstimos também às aplicações financeiras.

Operação	Risco	31/12/2016	Queda 50%	Queda 25%	Cenário Provável	Aumento 25%	Aumento 50%
Aplicações financeiras	CDI	3.210	225	337	449	562	674
Caixa e Equivalentes	-	2.543	-	-	-	-	-
·		5.753	225	337	449	562	674
Indexador	CDI		7,00	10,50	14,00	17,50	21,00

c.3) Análise de sensibilidade de variações no câmbio do contas a receber em moeda estrangeira.

31/12/2016

Moeda	Risco	31/12/2016 Valor R\$	Moeda Estrangeira	Queda 50%	Queda 25%	Cenário Provável	Aumento 25%	Aumento 50%
Dólar	Variação	12.900	3.959	(6.447)	(3.200)	6	3.253	6.460
Euro	Variação	3.936	1.145	(1.967)	` (982)	3	988	1.972
	,	16.836	-	(8.414)	(4.182)	9	4.241	8.432
	USD			1,63	2,45	3,26	4,08	4,89
	Euro			1,72	2,58	3,44	4,30	5,16

20. Receita líquida

	31/12/2016	31/12/2015
Receita bruta	143.037	167.054
Impostos	(16.089)	(12.429)
Devoluções e abatimentos	(7.646)	(6.130)
Ajuste valor presente- AVP	(1.615)	(1.858)
Receita operacional líquida	117.687	146.637

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

21. Despesas por natureza

Custo	31/12/2	016	31/12/20)15
Insumos diretos	(30.486)	30,5%	(33.185)	30,4%
Materiais indiretos	(4.762)	4,8%	(5.009)	4,6%
Custos com pessoal	(41.732)	41,7%	(46.795)	42,9%
Serviços de terceiros	(6.449)	6,4%	(6.812)	6,2%
Outras despesas	(19.949)	20,0%	(22.291)	20,5%
Transferência ref. reestruturação ocupacional (Nota 22)	3.359	-3,4%	` 4.997	-4,6%
Total das despesas	(100.019)	100%	(109.095)	100%
			,	
Despesas com vendas	31/12/2	016	31/12/20)15
Comissões	(4.871)	46,7%	(5.379)	50,2%
Fretes	(2.071)	19,8%	(2.061)	19,2%
Materiais	(30)	0,3%	(36)	0,3%
Mão de obra	(1.537)	14,7%	(1.677)	15,7%
Serviços de terceiros	(414)	4,0%	(344)	3,2%
Outras despesas	(1.512)	14,5%	(1.516)	14,2%
Transferência ref. reestruturação ocupacional (Nota 22)	-	-	306	-2,8%
Total das despesas	(10.435)	100%	(10.707)	100%
Despesas administrativas	31/12/2	016	31/12/20)15
Materiais	(236)	1,7%	(300)	2,0%
Mão de obra	(4.901)	34,5%	(4.925)	32,1%
Locação de equipamentos	(54)	0,4%	(162)	1,1%
Honorários com encargos	(3.671)	25,9%	(4.396)	28,7%
Serviços de terceiros	(2.898)	20,4%	(2.292)	14,9%
Outras despesas	(3.058)	21,5%	(3.469)	22,6%
Transferência ref. reestruturação ocupacional (Nota 22)	619	-4,4%	213	-1,4%
Total das despesas'	(14.199)	100%	(15.331)	100%

22. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	31/12/2016	31/12/2015
Outras receitas		
Despesas recuperadas	13.625	18
Outras receitas	1.225	3.028
	14.850	3.046
Outras despesas		
Contratos de aval e fiança	(340)	(212)
Reestruturação ocupacional	(3.978)	(5.516)
Outras despesas	(520)	(255)
	(4.838)	(5.983)
Outras receitas operacionais, líquidas	10.012	(2.937)

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

As principais movimentações reconhecidas à rubrica de outras receitas e despesas refere-se a:

Créditos fiscais programa Reintegra: referente ao Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras, que trata do ressarcimento parcial ou integral do resíduo tributário na cadeia de produção. O incentivo obtido pela Companhia está registrado como outras receitas, no montante de R\$ 45 – 0,1% sobre o montante produzido e exportado (R\$ 918 em 2015, pelo percentual ser maior de 1 a 3%).

O valor mais expressivo na rubrica de outras receitas foi a atualização da Ação da Eletrobrás, que valorizou bastante em 2016, R\$ 885 (R\$ 90 em 2015). No 1º Trimestre de 2015 também houve créditos referente ao êxito no processo contra o INSS sobre auxílio doença/atestados médicos (nota 11.a) no montante de R\$ 788.

Transferências referente reconhecimento nos Custos dos Produtos Vendidos, despesas com Vendas e Administrativas referente a reestruturação para adequação ocupacional foram transferidos para o grupo de outras despesas operacionais, por se tratar de um evento extraordinário.

Devido a recessão econômica no Brasil, houve uma redução na produção da Companhia, e consequentemente algumas medidas tiveram que ser tomadas. A primeira foi a reestruturação no quadro dos empregados que representou uma redução de 24% na folha de pagamentos realizada no segundo trimestre de 2016 (24,6% na reestruturação do primeiro trimestre de 2015). O custo desta reestruturação somou R\$ 4,0 milhões, classificado contabilmente como evento extraordinário (mencionado na Nota 21) (R\$5,5 milhões em 2015). A segunda medida proposta pela Administração foi a aprovação da redução da jornada de trabalho e salários. No dia 23 de junho de 2016, os colaboradores, em assembleia, aprovaram a proposta de flexibilização da jornada de trabalho e salários entre os meses de julho a dezembro de 2016 (a mesma medida também foi aprovada no dia 25 de junho de 2015, que ficou vigente de julho a dezembro do ano).

Já na rubrica de <u>despesas recuperadas</u> houveram três movimentações significativas em 2016: registro do encerramento do Benefício Pós Emprego, da diretoria e gerência, conforme Nota Explicativa 13, no montante de R\$ 1.707; redução de multas do Refis, conforme Nota Explicativa 15, no valor de R\$ 9.385 e o levantamento de créditos extemporâneos do Pis e da Cofins sobre o imobilizado, não creditados na época da aquisição dos bens e que hora efetuamos no montante total de R\$ 2.511.

23. Receitas e (despesas) financeiras

	31/12/2016	31/12/2015
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	873	976
Ajustes a valor presente - AVP	1.344	1.461
Variação cambial ativa*	-	-
Outras receitas	266	742
Total	2.483	3.179
Despesas financeiras		
Encargos	(4.025)	(4.600)
Juros incorridos – REFIS	(3.679)	(3.117)
Variação cambial passiva*	(815)	(5.032)
Total	(8.519)	(12.749)
Despesas financeiras, líquidas	(6.036)	(9.570)

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

24. Informações por segmento

A Companhia atua em apenas um segmento operacional definido como metalúrgico, produzindo e comercializando fundidos de aço. As ferramentas que utilizamos para avaliar o desempenho da única atividade que atuamos tanto para fins operacionais, gerenciais, comerciais ou administrativos são submetidas às seguintes premissas:

- a) Nossas linhas de produção operam separadamente nas categorias de produtos que fabricamos, a saber, (Repetitivos e Produtos Sob Encomenda); e
- Na planta fabril, há algumas divisões que separam estas categorias nas linhas de produção e outras não, e por isto a administração gerencia o resultado do negócio de forma única e;

Segregamos para análise a receita de dois clientes do segmento denominado repetitivo representam, individualmente, mais de 10% do total da receita líquida, localizado no mercado nacional e internacional, mais especificamente na América do Norte.

Informação da receita líquida – distribuição geográfica:

		Fundidos de A	ço – 2016		Aço – 2015	
	Repetitivos	Sob Encomenda	Total	Repetitivos	Sob Encomenda	Total
Nacional	36.070	36.629	72.699	41.507	25.221	66.728
América Latina	1.086	5.347	6.433	1.307	7.993	9.300
América do Norte	25.728	4.725	30.453	13.388	46.331	59.719
Europa e Ásia	668	7.434	8.102	1.071	9.819	10.890
Total	63.552	54.135	117.687	57.273	89.364	146.637

25. Resultado por ação

A tabela a seguir estabelece o cálculo do lucro por ação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

-	31/12/2016	31/12/2015
Lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuído aos acionistas da		
Companhia		
Lucro (prejuízo) disponível aos acionistas preferencialistas	(974)	72
Lucro (prejuízo) disponível aos acionistas ordinaristas	(677)	50
- -	(1.651)	122
Média ponderada de ações preferencialistas	1.275.000	1.275.000
Média ponderada de ações ordinaristas	975.000	975.000
	2.250.000	2.250.000
Resultado básico e diluído por ação		
Ação preferencial	(0,7638)	0,0564
Ação ordinária	(0,6944)	0,0513

^{*}Os registros das variações cambiais, estão reconhecidos pelas movimentações líquidas nas despesas e receitas financeiras.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

As ações preferenciais não gozarão de direito de voto, respeitadas, no entanto, as disposições de lei. As ações preferenciais terão: a) direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial, pelo menos 10% (dez por cento) maior que o atribuído a cada ação ordinária; b) preferência, em caso de liquidação da sociedade, no reembolso do capital social; c) se a Companhia deixar transcorrer três exercícios consecutivos sem a distribuição dos dividendos acima, as ações preferenciais adquirirão o direito de voto, direito esse que perderão quando forem distribuídos dividendos.

26. Cobertura de seguros

A Companhia possui cobertura de seguros para valores monetários relevantes em riscos diversos, como responsabilidade civil, lucros cessantes e demais coberturas, como abaixo demonstrado:

Ativos, responsabilidades ou interesses cobertos	Modalidade	Importância Segurada	Vigência até
Responsabilidade civil administradores - D&O	Danos financeiros involuntários causados por administradores	ios causados por 5.000	
Riscos diversos a máquinas e equipamentos portáteis	e Roubo/quebra de máquinas e equipamentos portáteis 250		05/05/2017
Vida colaboradores	Indeniza morte, acidente ou invalidez de colaboradores	alidez de até 220 por colaborador	
Transporte internacional importação	Seguro de transporte ref. importação de mercadorias Conforme valor NFs/Faturas/Invs.		01/09/2017
Responsabilidade civil geral	anos involuntários físicos às pessoas e/ou anos materiais e morais causados a 6.900 rceiros		20/08/2017
Instalações fabris, administrativas e centros de distribuição	Incêndio, danos materiais a edificações, instalações, máquinas e equipamentos 70.550		05/05/2017
Lucro cessantes	Perda de receita decorrente de acidentes 94.000		05/05/2017
Veículos	Roubo, colisão, morte/invalidez de passageiros	600	20/09/2017
Responsabilidade civil ambiental	Danos Involuntários causados ao meio ambiente 3.000		03/08/2017

A cobertura de seguros foi determinada pela Administração da Companhia, que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros, portanto, não foi escopo de avaliação por parte de nossos auditores.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Atendendo ao que determina o artigo 9º, parágrafo 4º, do Estatuto Social, reuniram-se os membros do Conselho de Administração da ELECTRO AÇO ALTONA S.A., para apreciação dos relatórios das Contas da Diretoria, expresso pelo Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016. Após analisados e discutidos todos os pormenores, aprovaram-nos na sua íntegra e manifestaram-se favoravelmente quanto à sua aprovação no dia 23 de março de 2017.

Membros do Conselho	de Administração		
Carmen Vetter Werner Presidente			
Valmir Osni de Espindola Vice Presidente	1		
Eunildo Lazaro Rebelo Conselheiro			
Débora de Souza Morsch Conselheira	า		
Luiz Fernando Werner Conselheiro			